

Enap

Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Formação Profissional
Coordenação-Geral de Especialização



**Política Agrícola no
PPA 2012-2015:
Análise da execução
orçamentária e da
implementação de metas**

Brasília – DF
Junho/2016

Política Agrícola no PPA 2012-2015: Análise da execução orçamentária e da implementação de metas

Trabalho apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública 10ª edição.

Aluno: Fabiano Chaves da Silva

Orientador: Prof. Jose Luiz Pagnussat

POLÍTICA AGRÍCOLA NO PPA 2012-2015: Análise da execução orçamentária e da implementação de metas

Autor: Fabiano Chaves da Silva

Resumo

O presente trabalho realiza uma pesquisa exploratória no Plano Plurianual e nos orçamentos públicos para analisar a implementação dos programas temáticos (Agricultura Familiar; Agricultura Irrigada; Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; Defesa Agropecuária; Inovações para a Agropecuária; Pesca e Aquicultura; Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária) associados à política agrícola no período de 2012 a 2015. Trata-se de um estudo de caso com o objetivo de analisar a evolução das despesas públicas no período com os programas analisados e identificar a relação entre o percentual de alcance das metas quantitativas dos objetivos dos programas e o percentual de execução orçamentária associado. A fonte de dados é o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento. Em relação a aderência das programações orçamentárias à programação dos gastos plurianual, verifica-se que apenas 39% dos valores previstos no PPA foram liquidados. A fraca relação entre o percentual de alcance da meta e o percentual de execução orçamentária verificada para todos os programas demonstra que o desempenho da execução orçamentária não influenciou diretamente a execução das metas e, conseqüentemente, a implementação dos objetivos dos programas. Os resultados encontrados ressaltam a importância da integração entre planejamento e orçamento, considerando o PPA como instrumento do planejamento governamental que identifica as escolhas públicas e orienta a alocação dos recursos orçamentários. Palavras-chave: Plano Plurianual. Orçamento. Política Agrícola.

Introdução

Em um contexto de ampliação da ação do Estado, considerando o aumento da demanda por políticas públicas e a limitação de recursos públicos, cresce a necessidade de maior eficiência, eficácia e efetividade da atuação governamental. Nesse sentido, a análise de políticas públicas pode subsidiar o planejamento e a formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou a interrupção das ações.

Nos últimos anos, o setor agropecuário produziu uma revolução na economia brasileira. Multiplicou sua produção por meio de inovações nas práticas de cultivo, da incorporação de tecnologias e recursos humanos capacitados. Amparada por pesquisa de ponta, obteve contínuos recordes de safras, aumento progressivo na produção de carnes, leite e derivados e frutas, além de crescimento da oferta de produtos agropecuários não alimentares. Por outro lado, foi próspero mercado para a indústria de insumos e máquinas agrícolas, propiciando a geração de empregos e a ampliação da indústria na produção de insumos e de bens de capital.

Esse contínuo aumento da produção se explica não apenas pelos estímulos representados pela alta dos preços externos, que marcaram a economia internacional neste início de século, mas pelo crescente desenvolvimento tecnológico e por medidas de fomento e apoio, em especial as relacionadas ao crédito rural e aos instrumentos de garantia de preço e renda. O bom desempenho da agropecuária nacional possibilita ao país oferecer à sua população alimentos em quantidade e qualidade, gerando empregos e garantindo segurança alimentar. Além disso, os excedentes da produção agropecuária, exportados, conferem protagonismo ao Brasil no mercado global de *commodities* e são decisivos para a geração de superávits na balança comercial.

A política agrícola brasileira vem sendo ampliada e conceitualmente aperfeiçoada ao longo das últimas décadas. Construída para auxiliar a agricultura no planejamento, financiamento, apoio à comercialização e seguro da produção, a política agrícola brasileira, atualmente, enfrenta desafios relacionados à melhoria da infraestrutura e logística, acesso a novos mercados e à sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, realiza-se um estudo de caso sobre a implementação da política agrícola com base nos programas temáticos do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015. O objetivo do trabalho é avaliar o desempenho da execução orçamentária e seu impacto na implementação dos programas temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 pertinentes à política agrícola. Para tanto, a hipótese construída para este estudo é a existência de uma relação entre o percentual de execução orçamentária associado à meta do programa temático e o percentual de alcance da meta.

Referencial Teórico

A Constituição Federal de 1988 instituiu três instrumentos para planejamento e implementação de políticas públicas, a saber: a Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA se constitui em uma síntese do planejamento de toda a administração pública federal e serve de orientação para a elaboração dos demais planos e programas de governo de forma regionalizada, envolvendo as diretrizes, os objetivos e as metas para despesas de capital, as despesas decorrentes das despesas de capital e os programas de duração continuada.

A LDO, por sua vez, compreende as metas e as prioridades da administração pública para o exercício subsequente, bem como orienta a elaboração da LOA, que envolve três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas estatais. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) ampliou a importância da LDO, atribuindo-lhe novas prerrogativas, dentre as quais a incumbência de disciplinar temas específicos ligados ao equilíbrio entre receitas e despesas públicas, metas e riscos fiscais, programação financeira e cronograma de execução mensal.

É possível considerar que a Constituição Federal atribuiu ao PPA um papel central de organização da ação do Estado, uma vez que submete a elaboração dos demais documentos de planejamento e orçamento às suas disposições. De forma textual, a Carta Magna estabelece que planos e programas nacionais, regionais e setoriais devam ser elaborados em consonância com o PPA (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 165, parágrafo quarto). No mesmo sentido, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária não devem conter dispositivos incompatíveis com o PPA (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 166).

O PPA, portanto, deve estabelecer a ligação entre os objetivos do Estado, presentes no planejamento de longo prazo, políticas de governo de médio prazo e a realização dos gastos previstos nos orçamentos anuais. Apesar da clareza das disposições constitucionais, o reconhecimento do caráter estratégico do PPA ainda encontra resistências na administração pública.

Conforme Paulo (2010), o PPA 2008-2011 foi submetido a uma rígida estrutura orçamentária: ao invés de orientar as alocações orçamentárias, o PPA seria definido pelo orçamento. Para tornar efetivo o seu papel de instrumento de planejamento e gestão estratégica, o PPA deve ser capaz de abrigar o debate político acerca da definição de metas, ter maior flexibilidade metodológica e desvincular-se parcialmente da estrutura orçamentária.

No Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o Governo Federal adotou um novo modelo de organização dos programas, que passaram a ser temáticos e não por problemas, como ocorria nos PPA anteriores, resultando numa redução expressiva do número de programas, de mais de 300 para 65 programas. Os programas temáticos foram

organizados por temas de políticas públicas e se inspiraram nas experiências bem-sucedidas na formulação e implementação de políticas, em especial o Programa Bolsa Família (PBF), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2011a).

Navarro *et al.* (2012) analisam a estrutura do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 explorando as principais influências e características do atual modelo de planejamento federal. Os autores fazem comparações com a estrutura do modelo anterior a fim de revelar as sutilezas na organização do planejamento que remetem a conceitos distintos de transparência, gestão e da própria função planejamento. Além disso, são feitas reflexões sobre os avanços e riscos associados ao novo modelo.

Existe uma expectativa de que inovações do modelo de PPA criem condições para se romper o caráter incremental do orçamento, por meio de uma alocação de recursos aos programas com clareza de prioridades e com esforço de negociação dentro do governo.

O modo como se faz a avaliação dos programas é um importante aspecto da análise da política pública. De acordo com Arretche (2001), para alguns, o motor da avaliação é a necessidade urgente de obter eficiência e ampliar a área de influência do governo com programas sociais e, ao mesmo tempo, dar retorno às autoridades quanto ao planejamento e à implantação de novas políticas. Para outros, a avaliação é parte não apenas da aferição da eficiência dos gastos públicos, mas de todo um processo de participação social, que vem crescendo desde a redemocratização do país. Para Figueiredo e Figueiredo (1986 *apud* KNOPP *et al.* 2011),

a literatura de avaliação de políticas públicas costuma distingui-la em termos de sua efetividade, eficácia e eficiência. Por efetividade, entende-se o exame da relação entre a implementação de um determinado programa e seus impactos; por avaliação de eficiência, a relação entre os custos empregados na implementação de uma dada política e os benefícios alcançados; e, por eficácia, a avaliação da relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um dado programa e seus resultados efetivos.

Souza (1993 *apud* BECHELAINE *et al.* 2010) chama a atenção para o fato de

a dinâmica orçamentária ser pouco atrelada a instrumentos de avaliação, dado que é significativamente permeada pelo incrementalismo da burocracia governamental, com grande espaço para expressões do sistema político e pouco para análise e compreensão das políticas.

Andrade (2002) define o orçamento público como a materialização do planejamento do Estado, tanto na manutenção de suas atividades, ações de rotina, quanto na execução de seus projetos, ações com início, meio e fim. O autor afirma ainda que o orçamento público é o elo de ligação entre o planejamento e as funções executivas da organização.

A concepção do Plano Plurianual formalmente envolve a orientação para a alocação dos recursos públicos de modo eficiente e racional. A Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, institui o PPA 2012-2015, fixa suas diretrizes, estrutura e organização e cria a obrigação de avaliação anual do Plano.

O ganho de se atrelar o orçamento às avaliações periódicas dos programas do PPA é a real possibilidade de se ter a efetiva transição de uma “cultura da despesa”, na qual gastar bem significa gastar mais, para uma “cultura de resultados”, na qual gastar bem está inexoravelmente associado à aplicação eficiente dos recursos e ao alcance dos objetivos dos programas (GIACOMONI, 2007).

Nas últimas décadas, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas e programas governamentais assumiram grande relevância para as funções de planejamento e gestão. Para Cunha (2006), a despeito da existência de experiências anteriores, o interesse pelo monitoramento e pela avaliação tomou grande impulso com a modernização da administração pública. Em vários países, esse movimento foi seguido pela adoção dos princípios da gestão pública empreendedora e por transformações das relações entre Estado e sociedade. Tais mudanças, no Brasil, decorreram das transformações observadas na sociedade e no próprio Estado durante as últimas décadas.

A avaliação anual do PPA é fundamental para a consolidação do orçamento por desempenho dentro do ciclo orçamentário, uma vez que o PPA é instrumento utilizado para subsidiar a formulação anual do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) (CAVALCANTE, 2006).

No caso do Brasil, os esforços em avaliação de programas e políticas ainda não acontecem de forma sistemática em muitas instituições. A Constituição Federal de 1988 ampliou o escopo e a cobertura da política social, e vem ensejando esforços nesse sentido. Porém, ainda é incomum encontrar sistemas que permitam acompanhar a ação governamental, da alocação do gasto público até o impacto junto aos beneficiários, por meio de um conjunto consistente e atualizado de indicadores (JANNUZZI, 2011).

O Monitoramento e a Avaliação podem e devem subsidiar o planejamento e a formulação das intervenções governamentais, sua implementação, reformulações e ajustes, bem como decisões sobre a manutenção ou interrupção de programas. São um instrumento importante para a eficiência do gasto público, qualidade da gestão e controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação desses resultados (CUNHA, 2006).

Este estudo sobre a política agrícola parte da análise dos programas de Governo para o setor. O corte dos dados foi feito com base no Plano Plurianual 2012-2015. A política agrícola no Brasil envolve uma multiplicidade de aspectos, tendo em vista seus múltiplos objetivos e instrumentos. A política agrícola visa afetar tanto o comportamento dos agricultores e dos mercados agropecuários, como fatores

estruturais (tecnologia, uso da terra, infraestrutura econômica e social, carga fiscal, dentre outros) que determinam o seu comportamento. Nessa visão, a política agrícola engloba tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), como políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de apoio a infraestrutura, e de sustentabilidade ambiental da atividade). A Lei nº. 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola.

São raros os estudos com o enfoque na análise da execução da política agrícola com base no planejamento plurianual. Dessa forma, este trabalho de pesquisa deverá contribuir para a área de monitoramento e avaliação da ação governamental e para a análise dos desafios da implementação dos programas temáticos do PPA associados à política agrícola. O presente estudo pretende identificar a aderência das programações orçamentárias dos programas analisados à programação dos gastos plurianual; analisar a execução orçamentária desses programas, em termos de valores liquidados, e identificar a relação entre o percentual de alcance das metas quantitativas dos objetivos dos programas e o percentual de execução orçamentária.

Metodologia

O objetivo do trabalho é avaliar o desempenho da execução orçamentária e seu impacto na implementação dos programas temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 pertinentes à política agrícola.

De acordo com o modelo do PPA 2012-2015, existem duas classificações de programas: Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e os Programas Temáticos. Neste estudo, serão selecionados apenas os programas temáticos, porque são aqueles voltados para o atendimento de demandas com impacto direto na sociedade. O outro tipo de programa corresponde a instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

O Programa Temático retrata no Plano Plurianual 2012-2015 a agenda de governo organizada pelos Temas de Políticas Públicas e orienta a ação governamental. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade. O Programa Temático se desdobra em objetivos e iniciativas. O objetivo deve estabelecer metas factíveis e realistas para o governo e a sociedade no período de vigência do Plano. A meta é uma medida do alcance do objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa, a depender das especificidades de cada caso. No PPA 2012-2015, a integração entre o PPA e a LOA se dá por meio dos programas e das iniciativas. Os programas são atributos tanto do Plano quanto do Orçamento (mesmo código e título). Já as iniciativas, quando financiadas total ou parcialmente por recursos orçamentários, possuem ações orçamentárias a elas vinculadas (BRASIL, 2011b).

Conforme citado anteriormente, foram avaliados os programas temáticos do Plano Plurianual associados à política agrícola, considerados unidades representativas da execução da política agrícola prevista no PPA. Os dados estão contidos tanto nos documentos de planejamento e orçamento da administração pública, como no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária (LOA). Dentre estes, foram selecionados como recorte da pesquisa apenas os seguintes programas da função agricultura e função desenvolvimento agrário, por serem funções que incluem os programas pertinentes à política agrícola: Agricultura Familiar; Agricultura Irrigada; Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; Defesa Agropecuária; Inovações para a Agropecuária; Pesca e Aquicultura; Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária). A seguir é apresentada uma breve descrição dos 7 programas temáticos selecionados.

O Programa de Agricultura Familiar visa qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de

alimentos, energia, produtos e serviços. O Programa Agricultura Irrigada foi elaborado para incentivar a ampliação da área irrigada em bases ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos, para a competitividade da agricultura brasileira e para geração de emprego e renda, por meio de uma série de iniciativas estruturais e não-estruturais. O Programa Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento e sustentabilidade da atividade agropecuária mediante a implementação de instrumentos da política agrícola destinados a apoiar a produção, a comercialização e o abastecimento, mediante a preservação do meio ambiente e evolução dos atores que compõem o setor. O Programa Defesa Agropecuária organiza as ações governamentais relacionadas às atividades de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal; inspeção e classificação de produtos de origem vegetal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; inspeção e classificação de produtos de origem animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; e a fiscalização dos insumos usados nas atividades agropecuárias.

O Programa temático Inovações para a Agropecuária tem como propósito principal o desenvolvimento, a incorporação de conhecimentos e inovações tecnológicas e organizacionais na agropecuária brasileira, a disseminação da cultura e a ampliação do processo de inovação no setor agropecuário nacional para aumentar a sua produtividade, competitividade e sustentabilidade nos mercados nacional e global, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, a geração de emprego e renda, e para a inclusão tecnológica do pequeno e médio produtor. O Programa Pesca e Aquicultura teve como objetivo principal o aumento da produção pesqueira e aquícola brasileira com a implementação de um conjunto de ações e de incentivos e investimentos na cadeia produtiva, promovendo o incremento da oferta de pescado com o aumento da produção, da produtividade, da geração de emprego e renda. O Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária visa aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), fiscalizar as informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder à certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública¹.

As fontes dos dados são o PPA, as autorizações de orçamento da LOA e os dados da execução financeira dos programas. O recorte temporal compreende o período dos anos de 2012 a 2015, por ser o último PPA e, considerado, portanto, como mais representativo do atual contexto da política agrícola.

¹ Detalhes sobre os atributos (objetivos, metas e iniciativas) dos programas temáticos avaliados estão disponíveis no link: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/arquivo/spi-1/ppa-1/2012/151117_anexo_i_2012-2015.pdf

Dois procedimentos técnicos são os adotados: pesquisa bibliográfica, na construção do referencial teórico; e pesquisa documental, no levantamento de dados orçamentários a partir do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP).

Primeiramente, foram levantados os dados da execução orçamentária e da implementação das metas quantitativas dos objetivos dos respectivos programas temáticos associados à política agrícola a partir do SIOP. Para os sete programas temáticos analisados, existe um total de 286 metas, sendo 46 metas qualitativas e 240 quantitativas. Do total de metas quantitativas, foram descartadas 14 metas, pois deixaram de ser relevantes ao longo da implementação do plano pelos órgãos responsáveis. Assim, para a análise foram consideradas apenas 226 metas quantitativas.

Os dados da execução orçamentária referem-se às despesas liquidadas, que consistem na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Optou-se pelos valores liquidados por representarem as despesas concretizadas ou investimentos realizados, expressando o que foi efetivamente entregue pelo Estado no período de implementação do PPA.

A próxima etapa foi a de definir as análises a serem feitas, divididas em duas partes. Na primeira, buscou-se agregar os montantes da programação e da execução orçamentária em cada ano para cada programa temático, a fim de verificar a evolução no período e compará-las entre si e com os valores programados no PPA. Na segunda, foram levantados os valores, por objetivo, do grau de execução do orçamento e das respectivas metas quantitativas, por meio de análises de regressão linear, para identificar se o percentual de execução orçamentária está associado ao percentual de alcance das metas do programa temático. Desse modo, foi possível verificar eventual relação entre a mensuração dos resultados dos programas e a efetiva alocação dos recursos para estimar a relação entre as variáveis.

A análise de regressão possibilita aferir se existe relação entre a variável independente X (percentual de execução orçamentária associada à meta) e a variável dependente Y (percentual de alcance da meta). Assim, foi considerado o seguinte modelo de regressão: $Y_i = a + bX_i$; onde Y = Percentual de alcance da meta; i = meta; X = percentual de execução orçamentária associada a meta. O percentual de alcance da meta associada aos objetivos dos programas foi mensurado por meio da relação entre o quantitativo da meta executada no período do PPA e a meta prevista para 2015. Já o percentual de execução orçamentária foi calculado pela relação entre total liquidado e total autorizado (LOA + créditos adicionais) nas ações orçamentárias vinculadas ao objetivo, considerando o somatório dos quatro anos.

Resultados e Discussão

Para demonstrar a aderência entre o Planejamento Plurianual e o Orçamento Anual dos programas associados à política agrícola, os dados são apresentados de forma comparativa entre a programação inicial aprovada pela Lei Nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (PPA 2012-2015), e as leis orçamentárias (LOA) do mesmo período, com valores autorizados (LOA + créditos adicionais). A programação orçamentária reflete as suas prioridades em termos de políticas e desenvolvimento, por um lado, e seus compromissos políticos, por outro. A Tabela 1 apresenta um resumo da programação plurianual e do orçamento total do Governo alocado ao setor agrícola no período entre 2012 e 2015. Em termos monetários, os valores são apresentados como nominais.

Tabela 1 – Programação financeira do Plano Plurianual 2012-2015 e valores autorizados nas leis orçamentárias (em mil R\$).

Programa	PPA 12-15	Autorizado	Variação
Agricultura Familiar	17.221.290	24.941.716	45%
Agricultura Irrigada	2.625.435	2.220.282	-15%
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	37.744.402	54.587.355	45%
Defesa Agropecuária	1.272.501	1.611.988	27%
Inovações para a Agropecuária	2.302.399	2.518.906	9%
Pesca e Aquicultura	722.747	1.712.618	137%
Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	10.992.911	10.877.133	-1%
Total	72.881.686	98.469.997	35%

Fonte: SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento).

Os programas associados à política agrícola no PPA 2012-2015 obtiveram um orçamento de 2,29% do orçamento global do PPA, o que significa uma dotação de R\$ 72,88 bilhões para a política agrícola ao longo dos quatro anos. Esse é o valor que foi planejado para a política no período de 2012 a 2015. Entretanto, o valor autorizado nas leis orçamentárias (R\$ 98,46 bilhões) foi 35% superior ao valor total programado no PPA. Essa não correspondência entre planejamento plurianual e a programação nas leis orçamentárias ocorre por inúmeras razões, que podem variar entre a dificuldade de realizar um planejamento com metas plausíveis e coerentes com a capacidade da máquina pública e as dificuldades de implementação dos programas.

A maior parte dos programas teve variação positiva, ou seja, os valores previstos nas leis orçamentárias foram superiores ao programado no Plano Plurianual. Os programas de Agricultura Irrigada e de Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura

Fundiária, entretanto, apresentaram decréscimos de 15% e 1%, respectivamente. Embora os programas Agricultura Familiar e Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização tenham apresentado variações semelhantes, verifica-se que, em termos absolutos, essa variação representou acréscimos de R\$ 7,72 bilhões e R\$ 16,84 bilhões, respectivamente, em relação ao PPA. Esses dois programas concentraram a maior parte dos recursos programados.

Segundo Greggianin (2005), o PPA e o orçamento têm finalidades distintas, razão pela qual exigem diferentes conteúdos e formas de detalhamento. O PPA deve, obrigatoriamente, estar voltado para a concretização de resultados de médio prazo, “estabelecendo diretrizes, estratégias, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes” (CF, 1988, §1º do Art. 165), atendo-se à quantificação física das metas e à obtenção de resultados em nível de agregação, compatíveis com o processo de planejamento, tendo os valores financeiros apenas como referencial destinado à avaliação de custos e consistência fiscal. O orçamento, por sua vez, tem na dotação financeira seu principal referencial, em que as metas e resultados físicos assumem caráter complementar, contribuindo, também, para a verificação dos custos: o foco nas metas e prioridades, que é fundamental para o planejamento, cede lugar ao interesse financeiro.

Assim como o PPA, a autorização anual da LOA não obriga a execução do valor planejado. No total, nos quatro anos, foram autorizados R\$ 98,46 bilhões e liquidados R\$ 35,86 bilhões para a política agrícola. A Tabela 2 apresenta os valores liquidados. A lista de programas foi ordenada de forma decrescente, tomando-se por base a média dos valores no período. Os dados referem-se às despesas liquidadas, que consistem na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Em uma primeira análise sobre o conjunto da execução da programação no período 2012-2015, destaca-se a relevância dos valores de dois programas: Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; e Agricultura Familiar. Os dois somaram R\$ 13,08 bilhões e representaram 61,3% do total dos gastos em 2015. No ano de 2012, os valores foram de R\$ 6,07 bilhões, representando 60,47%. Essa participação se manteve nesse patamar em todo o período.

Tabela 2 – Evolução dos valores liquidados (em mil R\$) dos programas associados à Política Agrícola do PPA 2012-2015.

Programa / Ano	2012	2013	2014	2015	Varição (2012-2015)
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	4.426.147	5.115.364	4.757.839	8.495.104	92%
Agricultura Familiar	1.647.953	1.262.598	1.209.970	4.585.730	178%
Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	672.662	444.454	706.962	313.241	-53%

Inovações para a Agropecuária	218.711	223.613	256.364	224.906	3%
Defesa Agropecuária	179.547	190.799	126.878	131.183	-27%
Agricultura Irrigada	151.077	139.692	184.991	91.132	-40%
Pesca e Aquicultura	27.908	38.907	21.283	18.943	-32%
Total Geral	7.324.004	7.415.42	7.264.287	13.860.238	89%

Fonte: SIOF (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento).

A última coluna da Tabela 2 mostra a variação percentual entre 2012 e 2015, dos valores liquidados para cada programa. Os programas que tiveram maior variação positiva foram Agricultura Familiar, com 178%, e Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, com 92%. Os programas Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária, Agricultura Irrigada, Pesca e Aquicultura, e Defesa Agropecuária apresentaram variações negativas, ou seja, tiveram uma queda dos valores liquidados em 2015 em relação ao ano de 2012. Cabe destacar que o conjunto dos programas teve crescimento de 89% dos valores liquidados no período e o total geral liquidado para os setes programas foi de R\$ 28,45 bilhões.

Quando comparados os exercícios financeiros de 2014 e 2015, observam-se significativas variações nos valores liquidados, no âmbito dos programas Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização e Agricultura Familiar. Com o intuito de adequar o fluxo de pagamentos à demanda crescente nos últimos anos, decorrente da ampliação do número de operações de crédito rural efetivadas e da elevação da diferença entre a taxa de juros paga pelos produtores e o custo dos recursos, o Governo Federal reduziu o passivo e os montantes inscritos em restos a pagar em 2015 (BRASIL, 2016). Assim, os valores liquidados sofreram incrementos significativos. No caso do Programa Agropecuário Sustentável, cerca de R\$ 3,74 bilhões, e, para o Programa Agricultura Familiar, R\$ 3,37 bilhões.

Considerando uma análise da observância e aderência dos valores liquidados à programação dos gastos plurianual do Plano, verifica-se que, dos R\$ 72,88 bilhões (Tabela 1) previstos para serem aplicados nos programas temáticos associados à política agrícola ao longo de quatro exercícios, o Governo Federal conseguiu executar apenas R\$ 28,45 bilhões, ou 39,03% do previsto.

Com relação ao comportamento das despesas liquidadas dos programas no período, foi realizada, ainda, uma análise sobre a participação relativa do programa sobre o total dos valores gastos, ou seja, o percentual sobre o total geral do respectivo ano (Tabela 3). Os dados mostram a participação relativa dos programas temáticos associados à política agrícola, ou seja, demonstra-se se a existência de programas mais ou menos beneficiados na distribuição de recursos orçamentários ao longo dos anos, indicando as prioridades alocativas.

Tabela 3 – Participação Relativa dos Programas associados à Política Agrícola – 2012 a 2015.

Programa / Ano	2012	2013	2014	2015
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	60,4%	69,0%	65,5%	61,3%
Agricultura Familiar	22,5%	17,0%	16,7%	33,1%
Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	9,2%	6,0%	9,7%	2,3%
Inovações para a Agropecuária	3,0%	3,0%	3,5%	1,6%
Agricultura Irrigada	2,5%	2,6%	1,7%	0,9%
Pesca e Aquicultura	2,1%	1,9%	2,5%	0,7%
Defesa Agropecuária	0,4%	0,5%	0,3%	0,1%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: SIOF (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento).

Os dois programas que tiveram ampliação, entre 2012 e 2015, foram: Agricultura Familiar, com ganho de participação em relação aos demais da ordem 10,6 pontos percentuais, passando de 22,5% para 33,1%; e Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização, que ampliou sua participação em 0,9 ponto percentual, passando de 60,4% para 61,3%. Os demais tiveram queda na participação. Dentre estes, o Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária apresentou a maior redução, com -6,9 pontos percentuais, passando de 9,2% para 2,3%.

Na Figura 1, são apresentados histogramas de frequência do percentual de alcance das metas dos programas selecionados e do percentual de execução orçamentária associado. O percentual de alcance da meta associada aos objetivos dos programas foi mensurado por meio da relação entre o quantitativo da meta executada no período do PPA e a meta prevista para 2015. Já o percentual de execução orçamentária foi calculado pela relação entre total liquidado e total autorizado (LOA + créditos adicionais) nas ações orçamentárias vinculadas ao objetivo, considerando o somatório dos quatro anos. No Anexo 1, é apresentada a lista das metas avaliadas e os respectivos percentuais de alcance da meta e da execução orçamentária associado. Considerando todas as metas associadas aos objetivos dos programas selecionados, foram utilizadas 226 metas quantitativas.

Considerando a quantidade elevada de dados (226 metas), optou-se pela construção de histogramas para avaliar a distribuição dos dados. De acordo com a análise visual dos histogramas, pode-se afirmar que os dados não apresentam uma distribuição normal, pois os histogramas apresentam distribuições assimétricas. Verifica-se que o percentual de alcance das metas apresenta uma assimetria negativa ou assimetria à esquerda. Nesse caso, verifica-se que mais da metade das metas apresenta percentual de alcance acima de 60%. Do total de 226 metas analisadas, 102 obtiveram percentual de alcance acima de 80%. Por outro lado, o

percentual de execução orçamentária apresenta uma assimetria positiva ou assimetria à direita. Essa assimetria da distribuição evidencia a concentração do número de metas com um percentual de execução orçamentária abaixo da média, sendo que 114 metas estão associadas a um percentual de execução orçamentária de até 20%.

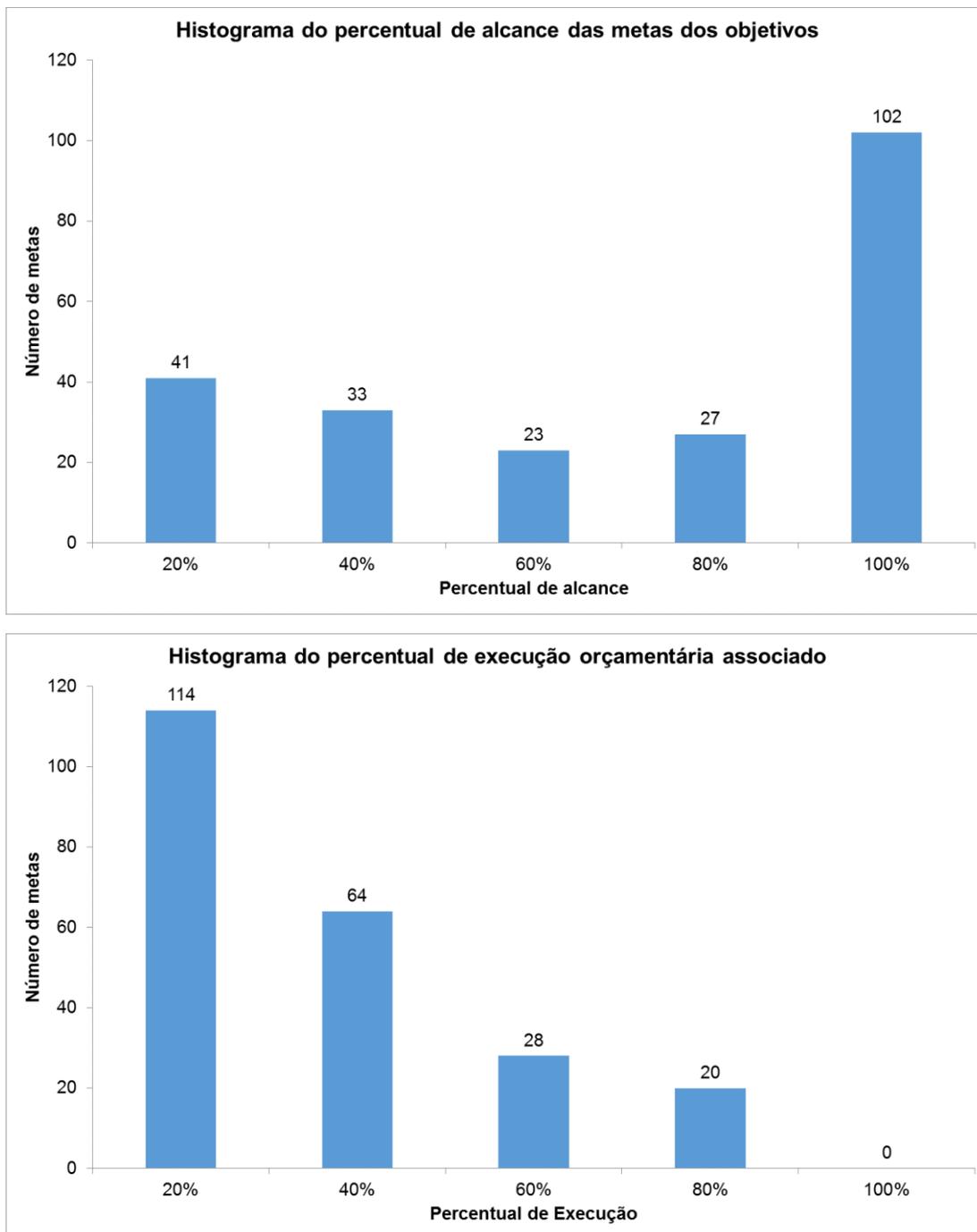


Figura 1 – Histogramas do percentual de alcance das metas dos programas selecionados e do percentual de execução orçamentária associado.

Fonte: SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento).

A Tabela 4 apresenta os resultados para cada programa temático do percentual de execução do orçamento e das respectivas metas quantitativas para comparação. Ao observar a amplitude dos valores de percentual médio de alcance da meta, verifica-se que o Programa Inovações para a Agropecuária e o Programa Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura apresentaram os maiores resultados. Por outro lado, os melhores desempenhos do percentual médio de execução orçamentária foram dos programas Defesa Agropecuária e Agropecuária Sustentável. Em princípio, era de se esperar que os maiores percentuais de alcance das metas estariam associados aos maiores percentuais de execução orçamentária.

Tabela 4 – Percentual médio de alcance das metas e percentual médio de execução orçamentária para cada programa temático selecionado

Programa	Percentual Médio de Alcance da Meta	Percentual Médio de Execução Orçamentária
Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização	68%	37%
Agricultura Familiar	69%	23%
Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária	75%	24%
Inovações para a Agropecuária	95%	32%
Agricultura Irrigada	62%	27%
Pesca e Aquicultura	47%	8%
Defesa Agropecuária	54%	40%

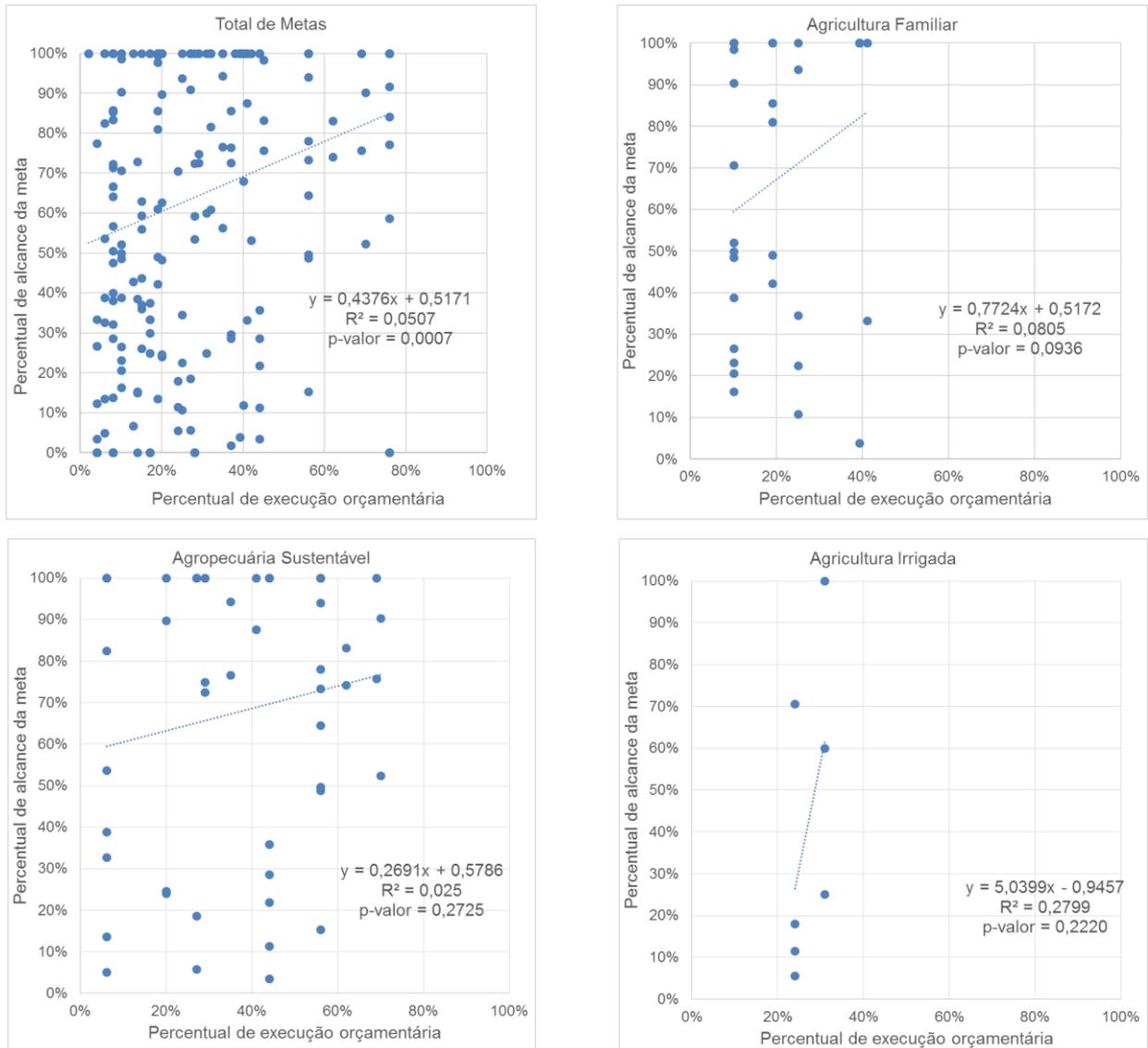
Fonte: SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

Assim, verifica-se que os programas analisados, muito embora tenham apresentado baixo percentuais de execução orçamentária, tiveram razoável percentual de alcance das metas, caracterizando deficiência no planejamento ou economia de recursos orçamentários na sua execução, prejudicando, conseqüentemente, a sincronia entre o planejamento de médio e o de curto prazo. A diferença entre os dois percentuais suscita diversos questionamentos da hipótese construída para este estudo sobre a existência de uma relação entre o percentual de execução orçamentária associado à meta e o percentual de alcance da meta.

Dando continuidade à análise, verificou-se a relação entre a o percentual de execução orçamentária e o percentual de alcance das metas por meio de análise de regressão linear. A Figura 2 apresenta os gráficos de dispersão entre o percentual de execução orçamentária e o percentual de alcance das metas dos programas temáticos associados à política agrícola. As equações de regressão, seus respectivos coeficientes de determinação (R^2) e valores de p associados são apresentados nos respectivos gráficos.

Com base no primeiro gráfico (total de metas) da Figura 2, é possível observar que apesar de a maioria das metas dos programas ter obtido bom desempenho, o percentual de execução orçamentária variou, principalmente, abaixo de 40%. Infere-se que o desempenho dos programas, aferido pelo percentual de alcance das

metas, apresentou baixa relação com o percentual de execução orçamentária. O valor do coeficiente de determinação (R^2) apresentado de 0,0507 indica que o percentual da execução orçamentária explica apenas uma pequena parte da variação do percentual de alcance das metas. Apesar do baixo grau de associação entre as variáveis, o p-valor (0,0007) encontrado para a regressão realizada se mostrou significativo, ou seja, pode-se considerar que a reta de regressão tem inclinação diferente de zero. A Figura 2 apresenta gráficos de dispersão com recortes distintos para cada programa temático associado à política agrícola.



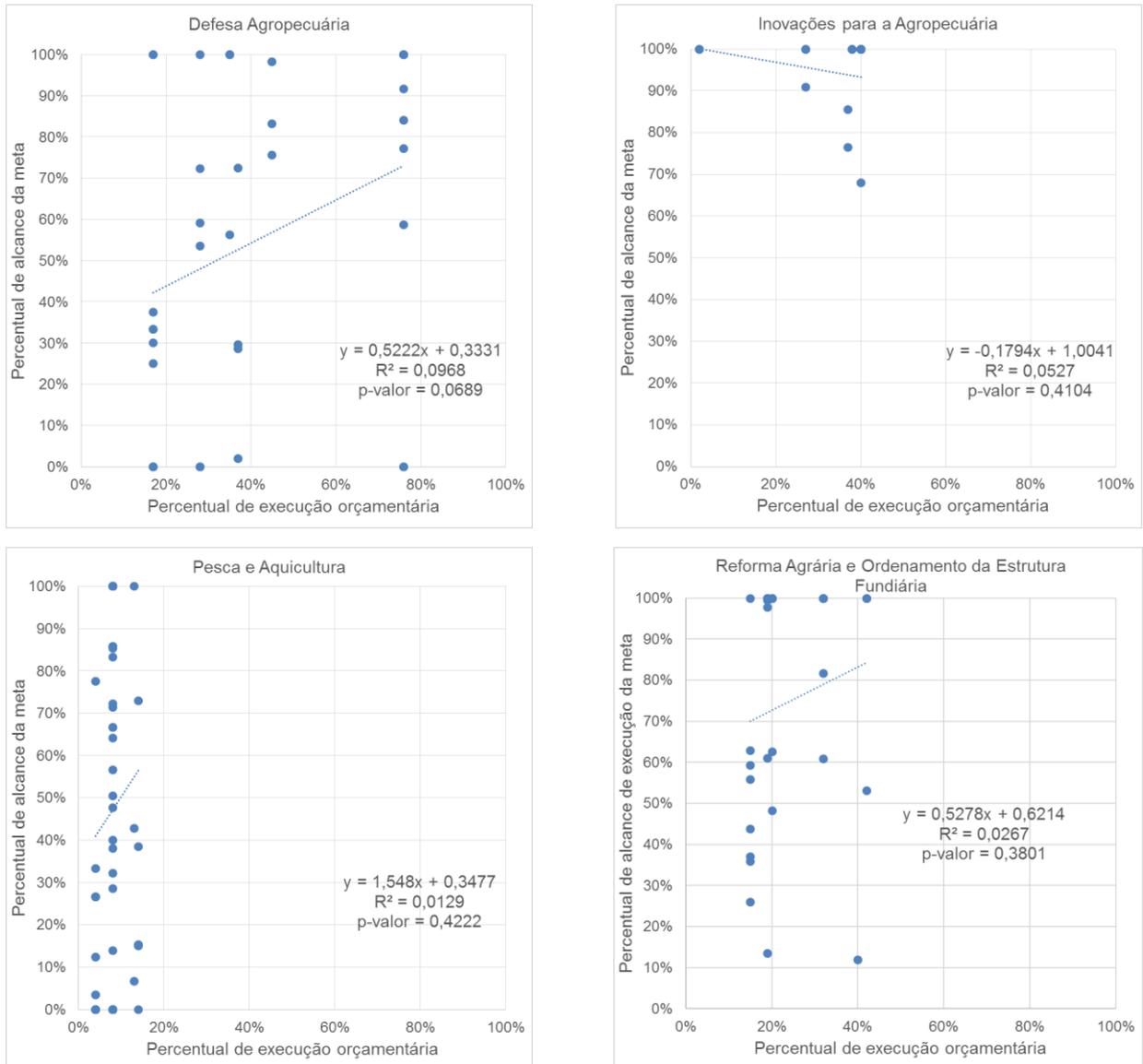


Figura 2 – Dispersão entre percentual de alcance da meta versus o percentual de execução orçamentária.

Fonte: SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento)

As regressões realizadas para cada programa temático também apresentaram baixo coeficiente de determinação e p-valores sempre acima de 0,05, indicando ausência de relação estatisticamente significativa entre as variáveis. A fraca relação entre o percentual de alcance da meta e o percentual de execução orçamentária verificada para todos os programas demonstra que o desempenho da execução orçamentária não influenciou diretamente a execução das metas e, conseqüentemente, a implementação dos objetivos dos programas.

Da Silva (2007), ao observar os dados do seu estudo, constatou falta de consonância, compatibilidade e integração entre o PPA, a LDO e a LOA. Dentre as principais inconsistências encontradas, cita: falta de coerência entre o que foi planejado no PPA e as metas físicas estabelecidas nas LDOs; execução orçamentária de programas do orçamento de investimento das estatais acima da

dotação autorizada na LOA; divergências entre as metas prioritárias estipuladas pelo Governo na LDO e as efetivamente registradas na LOA; e programas prioritários que não foram executados.

No presente estudo, a baixa relação entre o percentual de alcance da meta e o percentual de execução orçamentária pode ser explicada, por um lado, por equívocos na vinculação de ações orçamentárias aos objetivos dos programas temáticos. Uma vinculação inadequada pode ocasionar situações nas quais as ações orçamentárias não contribuem para implementação das metas dos objetivos. Outra explicação possível é a existência de metas que não dependem de recursos orçamentários associados (utilizando, por exemplo, recursos extraorçamentários para sua implementação). A seguir são apresentados exemplos dessas situações identificadas nos programas temáticos analisados.

Um exemplo de caso no qual a execução orçamentária associada não contribui para implementação das metas ocorre no objetivo 0350 – “Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais” do Programa Agropecuária Sustentável. Nesse caso, das quatro metas existentes, duas são referentes a geração e disseminação de dados e as outras duas tratam de ampliação da capacidade de armazenamento. Entretanto, a maior parte das ações orçamentárias associadas refere-se aos mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários. Assim, embora o objetivo 0350 tenha obtido um baixo percentual de execução orçamentária no período, cerca de 29%, suas metas apresentaram um percentual de alcance acima de 75%. Isso constitui uma integração entre orçamento e planejamento inadequada, tendo em vista que as ações associadas aos programas temáticos devem, necessariamente, concorrer para o alcance das metas objetivos do programa.

No Programa Pesca e Aquicultura, a meta 01R9 – “Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura”, Objetivo 0567 – “Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplorados”, obteve um percentual de alcance de 100% associado a um percentual de execução orçamentária de 8%. Ao analisar os relatórios de avaliação do Programa Pesca e Aquicultura, verifica-se que essa meta foi implementada por meio de arranjos de gestão multissetorial e não utilizou os recursos orçamentários associados ao Objetivo. Outro exemplo da mesma situação é a meta 00YF – “Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito” do Programa Agricultura Familiar. Nesse caso, verificou-se um percentual de alcance de 71% associado a um percentual de execução orçamentária de 8%. Entretanto, de acordo com os relatórios de avaliação do Programa

Agricultura Familiar, os resultados foram alcançados por meio de convênios firmados anteriores a 2010 e vigentes em parte do período do PPA com recursos previstos em restos a pagar. Portanto, nesses casos, as metas citadas não dependem dos recursos orçamentários associados.

Metas que utilizam recursos extra orçamentários para sua implementação também podem ocasionar uma fraca relação entre o percentual de alcance da meta e o percentual de execução orçamentária. Por exemplo, as metas dos Programas Agricultura Familiar e Agropecuária Sustentável que tratam de à ampliação do crédito rural para os produtores rurais. Portanto, a execução orçamentária deve apresentar uma fraca relação com o percentual de alcance dessas metas. No Programa Agricultura Familiar, as metas associadas à concessão de crédito rural tiveram percentual de alcance de 100% associado a um percentual de execução orçamentária de 39%. Já no programa Agropecuário Sustentável, a meta de ampliação do crédito rural teve percentual de alcance de 94% e um percentual de execução orçamentária de 35%.

No presente estudo, a baixa relação entre o percentual de alcance da meta e o percentual de execução orçamentária também pode ser explicada pelo fato das ações orçamentárias estarem associadas aos objetivos do programa temático de forma inadequada.

No Programa Inovações para Agropecuária, verifica-se que o objetivo 0846 – “Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária” pode ter influenciado o comportamento identificado na regressão entre o percentual de execução orçamentária e o percentual de alcance das metas dos programas. No caso desse objetivo, as metas associadas: 02WV – “Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa”; e 02WW – “Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa” apresentaram um percentual de alcance de 100% associado a um percentual de execução orçamentário de 2%.

Destaca-se que as ações associadas ao objetivo 0846 tratam da construção, implantação e modernização de centros de pesquisa, portanto, não possuem nenhuma relação com as metas do objetivo. Possivelmente, foram metas custeadas com recursos do programa de gestão do órgão ou com auxílio de bolsas de órgãos de apoio ao desenvolvimento científico como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Portanto, considerando os exemplos citados, verifica-se que a atual integração PPA-LOA não permite identificar os centros de custos das metas e, conseqüentemente, avaliar o impacto da alocação dos recursos orçamentários na implementação das metas dos respectivos objetivos. Destaca-se que, na maioria dos programas, as informações disponibilizadas nos relatórios de monitoramento e avaliação dos programas temáticos do PPA 2012-2015 não permitem identificar evidências explicativas para os resultados esperados.

É importante ressaltar que a análise quantitativa elaborada possui limitações. Não se pode observar apenas os números e deixar de lado os demais fatores que envolvem o planejamento e a implementação das ações governamentais. Contudo, acredita-se que o presente estudo seja um ponto de partida para um possível aperfeiçoamento do processo.

Por fim, destaca-se que, no caso do Programa Inovações para a Agropecuária, a regressão entre o percentual de execução orçamentária e o percentual de alcance das metas dos programas temáticos mostra uma fraca relação, nesse caso negativa, portanto, para algumas situações, o percentual de alcance das metas tem comportamento contrário ao percentual de execução orçamentária. Essa fraca relação pode ser explicada pela existência de metas que não dependem de recursos orçamentários. As metas 02WR – “Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacauceiras” e 02WS – “Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacauceiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia” apresentaram percentuais de alcance de 76% e 86%, respectivamente, mas o percentual de execução orçamentária foi de 37%. Ressalta-se que o incremento da produtividade e da produção nacional de cacau são variáveis influenciadas por diversos fatores técnicos relacionados ao desenvolvimento da cultura. Assim, as ações associadas ao objetivo e que tratam de reforma e adequação dos Centros de Pesquisa e sistematização e gerenciamento do desenvolvimento das regiões cacauceiras apresentam pequeno impacto nas referidas metas que teriam, na verdade, características de indicadores, considerando o modelo do PPA 2012-2015.

Conclusões

Em relação à aderência das programações orçamentárias dos programas analisados à programação dos gastos plurianual, verifica-se que, dos R\$ 72,88 bilhões previstos para serem aplicados nos programas temáticos associados à política agrícola ao longo de quatro exercícios, o governo conseguiu executar apenas R\$ 28,45 bilhões, ou 39% do programado.

Considerando a execução da programação das LOAs no período 2012-2015, destaca-se a relevância dos valores liquidados de dois programas: Agropecuária

Sustentável, Abastecimento e Comercialização, com um total de R\$ 22,8 bilhões; e Agricultura Familiar, com R\$ 8,7 bilhões.

Quanto ao objetivo central do trabalho, ou seja, identificar a relação entre o percentual de alcance das metas quantitativas dos objetivos dos programas e o percentual de execução orçamentária, ao se observar os dados dos sete programas analisados associados à política agrícola, constata-se a falta de consonância entre o PPA e a LOA. De modo geral, verifica-se uma baixa relação entre o desempenho dos programas e a decisão alocativa dos recursos orçamentários referentes a tais programas.

Os resultados encontrados vão ao encontro da argumentação dos críticos ao processo de integração entre planejamento e orçamento: o sistema de planejamento governamental apresenta-se deslocado do processo de decisão de alocação dos recursos orçamentários, realidade que explicita a relevância e necessidade de articulação entre o PPA e LOA diante dos desafios da efetividade dos gastos públicos.

Ressalta-se, entretanto, que as conclusões aqui mencionadas referem-se apenas aos programas e ações analisados, tendo em vista não se tratar de amostra estatística. Assim, ainda que as referências possam parecer generalizadas, não há a intenção de expandir os seus resultados para o conjunto de programas do PPA 2012-2015.

Por último, sugere-se uma investigação mais profunda para cada programa temático com apoio de entrevistas estruturadas com os gestores dos programas para se explorar as características do objeto de estudo e esgotar as possibilidades de relações causais, fundamentada em bases teóricas e levantando os problemas para a execução dos programas analisados.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, N. A. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal: novos métodos após a LC nº 101/00 e as classificações contábeis advindas da SOF e STN**. São Paulo: Atlas, 2002.

ARRETCHE, M. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, pgs. 29-39, 2001.

BECHELAINÉ, C. H. de O. *et al.* **Avaliação executiva de programas governamentais: perspectiva de suporte ao processo orçamentário**. Prêmio SOF de Monografias. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BRASIL. **Plano Plurianual 2012-2015: projeto de lei (mensagem presidencial)**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2011a.

BRASIL. **Orientações para Elaboração do Plano Plurianual 2012 - 2015**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2011b.

BRASIL. **Prestação de Contas da Presidência da República. Controladoria-Geral da União (PCR 2015)**. Secretaria Federal de Controle Interno. Brasília: CGU, 2016.

CAVALCANTE, P. L. C. **Avaliação dos programas do PPA: estudo de caso da implantação do orçamento por desempenho**. *Gestão & Planejamento-G&P*, v. 13, n. 2, 2012.

CUNHA, G. S. C. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Trabalho elaborado durante o curso "The Theory and Operation of a Modern National Economy", ministrado na George Washington University, no âmbito do Programa Minerva, em 2006. Digitalizado.

Da SILVA, L. C. **"Efetividade do Sistema de Planejamento no Brasil: Uma análise da efetividade do planejamento no sistema orçamentário (PPA, LDO e LOA)"** - Monografia apresentada para aprovação no curso de Especialização em Orçamento Público da Câmara dos Deputados. Brasília, DF - 2007.

GIACOMONI, J. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 2007.

GREGGIANIN, E. **Reforma orçamentária: propostas de ajustes no sistema de planejamento e orçamento (Orçamento Plurianual)**. Cadernos ASLEGIS, Brasília, n. 25, p.21, jan/abr. 2005.

JANNUZZI, P. M. **Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas.** In: Planejamento e Políticas Públicas, n. 36, jan./jul., 2011.

KNOPP, G. *et al.* **Avaliação executiva de projetos: Experiência e resultados no Governo de Minas Gerais.** Trabalho apresentado no IV Congresso de Gestão Pública do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração Consad, Brasília, 2011.

NAVARRO, C. A. *et al.* **A estrutura do PPA 2012-2015.** Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento. Brasília, Volume 2, nº 1, pgs. 24 - 47, 2012.

PAULO, L. F. A. **O PPA como instrumento de Planejamento e Gestão Estratégica.** Revista do Serviço Público. 61 (2), pgs. 171-187, abril/junho 2010.

Anexo 1 – Lista das metas avaliadas e os respectivos percentuais de alcance da meta e de execução orçamentária associado dos programas analisados: 2012- Agricultura familiar; 2013 – Agricultura Irrigada; 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização; 2028 - Defesa Agropecuária; 2042 – Inovações para a Agropecuária; 2052 – Pesca e Aquicultura; 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Programa	Objetivo	Meta	Descrição da Meta	Percentual de Alcance da Meta	Percentual de Execução Orçamentária
2012	0411	00XK	Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)	4%	39%
2012	0411	00XN	Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais	100%	39%
2012	0411	00XO	Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar	100%	39%
2012	0411	00XY	Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar	100%	39%
2012	0411	00Y0	Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais	100%	39%
2012	0411	00Y1	Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos	100%	39%
2012	0411	00Y2	Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo	100%	39%
2012	0411	00Y9	Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar	100%	39%
2012	0412	00YB	Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização	16%	10%
2012	0412	00YD	Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas	23%	10%
2012	0412	00YF	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito	71%	10%
2012	0412	00YG	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público	39%	10%
2012	0412	00YH	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público	50%	10%
2012	0412	00YI	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária	49%	10%

2012	0412	00YJ	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção	100%	10%
2012	0412	00YK	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado	100%	10%
2012	0412	00YL	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono	52%	10%
2012	0412	00YM	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos	27%	10%
2012	0412	00YN	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais	100%	10%
2012	0412	00YO	Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável	21%	10%
2012	0412	00Z5	Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais	90%	10%
2012	0412	00Z7	Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres	99%	10%
2012	0413	00ZC	Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais	100%	19%
2012	0413	00XW	Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria	42%	19%
2012	0413	00ZL	Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado	81%	19%
2012	0413	00ZP	Inserir 10 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis	100%	19%
2012	0413	00ZO	Inserir 5000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis	49%	19%
2012	0413	03O5	Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel	86%	19%

2012	0759	02IZ	Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão	94%	25%
2012	0759	02J3	Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher	11%	25%
2012	0759	02J1	Atender 820 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres	23%	25%
2012	0759	02J5	Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais	35%	25%
2012	0759	02J6	Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres	100%	25%
2012	0760	02JC	Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)	33%	41%
2012	0760	02JF	Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.	100%	41%
2012	0760	02JH	Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais	100%	41%
2013	0171	0098	Consolidar 4 redes de pesquisa e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: água e agricultura; drenagem e salinidade; fruticultura; e hortaliças.	25%	31%
2013	0171	0099	Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem	100%	31%
2013	0171	009A	Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem	60%	31%
2013	0175	009Z	Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha	18%	24%
2013	0175	00A4	Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação	11%	24%
2013	0175	00A3	Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação	70%	24%
2013	0175	00A8	Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação	6%	24%
2014	0350	01Z4	Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)	100%	29%
2014	0350	01ZA	Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos	100%	29%
2014	0350	00O5	Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas	75%	29%
2014	0350	00O8	Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional	73%	29%
2014	0600	01W4	Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações	52%	70%
2014	0600	01W5	Digitalizar o acervo de 4,5 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel	90%	70%

2014	0601	01WA	Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 12 milhões de hectares	83%	62%
2014	0601	01WC	Ampliar de 56 mil para 105 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)	74%	62%
2014	0618	01YH	Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário	94%	35%
2014	0618	01YI	Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)	77%	35%
2014	0661	0207	Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé	100%	69%
2014	0661	0208	Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé	76%	69%
2014	0692	023Y	Realizar 360 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras	88%	41%
2014	0692	03OH	Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior	100%	41%
2014	0743	03SU	Expandir a adoção da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 1 milhão de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados	100%	20%
2014	0743	03ST	Expandir a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 2,8 milhões de hectares	90%	20%
2014	0743	03SV	Expandir o plantio de florestas em 1 milhão de hectares	100%	20%
2014	0743	03SS	Promover a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) em 1,5 milhão de hectares	24%	20%
2014	0743	03SR	Recuperar 6 milhões de hectares de pastagens degradadas	25%	20%
2014	0744	02EG	Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior	64%	56%
2014	0744	02EH	Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial	50%	56%
2014	0744	02EK	Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica	94%	56%
2014	0744	02EL	Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne	15%	56%
2014	0744	02EN	Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes	49%	56%
2014	0744	02EP	Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica	73%	56%
2014	0744	02ER	Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária	100%	56%
2014	0744	02ES	Implantar a subcomissão temática de produção orgânica e garantir o funcionamento das 27 comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação	100%	56%
2014	0744	02EV	Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem	100%	56%

			estar animal		
2014	0744	02EZ	Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais	78%	56%
2014	0747	02FE	Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais	39%	6%
2014	0747	02FH	Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário	33%	6%
2014	0747	02FI	Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios	5%	6%
2014	0747	02FJ	Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais	14%	6%
2014	0747	02FS	Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa	100%	6%
2014	0747	02FT	Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)	54%	6%
2014	0747	02G3	Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda	83%	6%
2014	0747	02GB	Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais	100%	6%
2014	0750	02GX	Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética	100%	27%
2014	0750	02GZ	Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê	100%	27%
2014	0750	02H1	Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas	100%	27%
2014	0750	02H3	Promover a implantação de 10.000 ha de dendezaís	6%	27%
2014	0750	02H4	Promover a renovação de 6.000 ha de dendezaís	19%	27%
2014	0976	03M0	Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 7,5 para 40	11%	44%
2014	0976	03M1	Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados	29%	44%
2014	0976	03M2	Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)	36%	44%
2014	0976	03M3	Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA	100%	44%
2014	0976	03M4	Ampliar o índice de satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida de 30% para 70%	100%	44%
2014	0976	03M5	Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA	100%	44%
2014	1005	03YL	Capacitar 10.000 agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para apoio ao produtor rural	22%	44%
2014	1005	03YM	Prestar assistência técnica e extensão rural direcionada à adoção de tecnologias, agropecuária sustentável, gestão e organização de produtores e de estabelecimentos rurais para 230.000 produtores	4%	44%

2028	0364	00PI	Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais	92%	76%
2028	0364	00PJ	Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves	84%	76%
2028	0364	00PL	Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças	100%	76%
2028	0364	00PO	Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero	0%	76%
2028	0364	00PP	Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso no país	100%	76%
2028	0364	00PU	Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa	77%	76%
2028	0364	00PV	Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional	59%	76%
2028	0364	00PX	Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem	0%	76%
2028	0364	00PY	Reduzir o número de municípios com incidência da praga <i>Cydia pomonella</i> de 3 para 0	100%	76%
2028	0366	00Q6	Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA	73%	37%
2028	0366	00QF	Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA	2%	37%
2028	0366	00QG	Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA	30%	37%
2028	0366	00QH	Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária	29%	37%
2028	0367	00QL	Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários	100%	35%
2028	0367	00QM	Aumentar de 305 para 610 o número de ensaios realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025	100%	35%
2028	0367	00QN	Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados	56%	35%
2028	0368	00QV	Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário	100%	28%
2028	0368	00QX	Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal	54%	28%
2028	0368	00QY	Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal	59%	28%
2028	0368	00QZ	Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados	72%	28%
2028	0368	00R4	Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação	0%	28%
2028	0368	00RB	Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas	0%	28%
2028	0570	01PB	Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal	76%	45%
2028	0570	01PC	Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal	98%	45%

2028	0570	01PD	Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal	83%	45%
2028	0620	01YO	Credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos	100%	17%
2028	0620	03LH	Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)	0%	17%
2028	0620	01YP	Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 20 enfermidades em animais aquáticos	100%	17%
2028	0620	01YQ	Estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos nas 27 unidades federativas	33%	17%
2028	0620	01YR	Estabelecer parcerias nas 27 unidades federativas com todos os órgãos de defesa sanitária animal para monitoramento dos sistemas de produção	33%	17%
2028	0620	03LI	Manter 1 centro de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)	0%	17%
2028	0620	01YU	Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas	38%	17%
2028	0620	01YV	Publicar 10 Análises de Risco de Importação de Animais Aquáticos e Derivados	30%	17%
2028	0620	01YW	Publicar 8 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos	0%	17%
2028	0620	01YX	Reconhecer 4 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos	25%	17%
2042	0842	02WN	Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta	100%	38%
2042	0842	02WO	Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano	100%	38%
2042	0845	02WR	Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacauceiras	76%	37%
2042	0845	02WS	Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacauceiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia	86%	37%
2042	0846	02WV	Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa	100%	2%
2042	0846	02WW	Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa	100%	2%
2042	0968	03L3	Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacauceiras	100%	27%
2042	0968	03L4	Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacauceiras	91%	27%
2042	0968	03L5	Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira	100%	27%

2042	0969	03L6	Ampliar de 1658 para 2400 o número de cultivares protegidas	100%	40%
2042	0969	03L7	Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas	68%	40%
2042	0969	03L9	Aumentar de 110 para 170 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares	100%	40%
2042	0969	03LA	Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP	100%	40%
2042	0969	03LB	Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA	100%	40%
2042	0969	03LD	Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)	100%	40%
2052	0567	01TB	Adequar a frota pesqueira artesanal com a aquisição, substituição, importação, construção e/ou modernização de 12.500 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza	40%	8%
2052	0567	03TI	Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passando das atuais 5 mil ton para 20 mil ton	14%	8%
2052	0567	01ST	Apoiar 06 unidades de ensino e escolas profissionalizantes atuantes em pesca e aquicultura	67%	8%
2052	0567	03TO	Apoiar e desenvolver 9 eventos de promoção do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional	100%	8%
2052	0567	01NW	Atender 116.500 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola	32%	8%
2052	0567	03LE	Atender 30 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional	57%	8%
2052	0567	03U1	Atender 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáveis de R\$ 2.400,00 - Plano Brasil sem Miséria	100%	8%
2052	0567	01R9	Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura	100%	8%
2052	0567	01RB	Capacitar 2.500 merendeiras em manipulação e preparo de pescado	0%	8%
2052	0567	01RC	Capacitar 5.000 pescadores artesanais em informática básica	0%	8%
2052	0567	01NX	Demarcar parques aquícolas continentais em 39 reservatórios	64%	8%
2052	0567	01NY	Demarcar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros	86%	8%
2052	0567	01O0	Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA) – Plano Safra da Pesca e Aquicultura	0%	8%
2052	0567	01O1	Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais	51%	8%
2052	0567	01TA	Financiar 20 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira	0%	8%
2052	0567	01O7	Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura	100%	8%
2052	0567	01O8	Implantar 05 Estações de Piscicultura	100%	8%

2052	0567	01RK	Implantar 50 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura	0%	8%
2052	0567	01OB	Implantar e manter 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação	100%	8%
2052	0567	01OE	Implantar parques aquícolas continentais em 21 reservatórios	48%	8%
2052	0567	01OF	Implantar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros	29%	8%
2052	0567	01SW	Instalar 140 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atradoras)	86%	8%
2052	0567	01OI	Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura	100%	8%
2052	0567	03TP	Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura"	38%	8%
2052	0567	03TN	Promover 3 estudos e prospecção de mercado para o levantamento de informações técnicas, econômicas e mercadológicas sobre a cadeia produtiva de pescado	67%	8%
2052	0567	01OO	Qualificar 750 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura	85%	8%
2052	0567	01T6	Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca	0%	8%
2052	0567	01T8	Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora	0%	8%
2052	0567	03TK	Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 14 Estados costeiros	71%	8%
2052	0567	03TJ	Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 42 reservatórios	100%	8%
2052	0567	03TH	Reestruturar 9 unidades de produção de formas jovens	100%	8%
2052	0567	03TL	Regularizar parques aquícolas em 27 reservatórios	100%	8%
2052	0567	03TM	Regularizar parques aquícolas marinhos em 6 Estados costeiros	83%	8%
2052	0567	01RQ	Viabilizar 18 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura	72%	8%
2052	0572	01PL	Adequar 6 terminais pesqueiros públicos	0%	4%
2052	0572	01PO	Atender 65 territórios com equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola	12%	4%
2052	0572	01PY	Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR	0%	4%
2052	0572	01Q1	Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos	27%	4%
2052	0572	01Q6	Implantar 9 terminais pesqueiros públicos	33%	4%
2052	0572	01Q9	Implantar e adequar 15 mercados públicos/pontos de comercialização	27%	4%
2052	0572	01QA	Implantar e adequar 15 unidades de recepção de pescado	0%	4%
2052	0572	01QD	Implantar e adequar 58 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP (sendo o aparelhamento de 25 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar – Uadaf)	3%	4%
2052	0572	01OD	Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros, tanques redes e tanques escavados) para atender 30.000 famílias	78%	4%
2052	0572	01QN	Manter 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal -	0%	4%

			CIPAR		
2052	0576	01R3	Alfabetizar 80.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação	73%	14%
2052	0576	01R8	Capacitar 2.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação	15%	14%
2052	0576	01RI	Elevar a escolaridade de 20.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação	15%	14%
2052	0576	01RJ	Implantar 187 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações	39%	14%
2052	0576	01RP	Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras	0%	14%
2052	0583	03TF	Desenvolver 2 sistemas de informação para a coleta e a gestão dos dados dos programas de monitoramento e controle	100%	13%
2052	0583	01SV	Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão	43%	13%
2052	0583	01SY	Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros	7%	13%
2066	0418	0106	Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Inbra de Bases Comunitárias do GPS - RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais	100%	32%
2066	0418	010B	Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)	100%	32%
2066	0418	010C	Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)	100%	32%
2066	0418	010G	Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)	82%	32%
2066	0418	03TA	Promover o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de 600 mil assentados da reforma agrária, com ênfase na Amazônia Legal.	61%	32%
2066	0418	010L	Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)	100%	32%
2066	0419	010R	Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha	100%	19%
2066	0419	010S	Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária	61%	19%
2066	0419	010U	Georreferenciamento de 28 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal	100%	19%
2066	0419	010W	Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 11,2 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal	99%	19%

2066	0419	010Y	Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal	98%	19%
2066	0419	010Z	Promover a regularização e a ratificação de 20 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal	14%	19%
2066	0419	0111	Regularização fundiária de 11,2 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal	100%	19%
2066	0419	0306	Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 4 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)	100%	19%
2066	0420	0117	Assentar 200 mil famílias	56%	15%
2066	0420	0118	Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher	26%	15%
2066	0420	0119	Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água	36%	15%
2066	0420	011A	Conceder Crédito Apoio Inicial e Fomento a 50 mil famílias dos assentamentos prioritários do Plano Brasil sem Miséria.	44%	15%
2066	0420	011B	Construir e/ou reformar 120 mil casas	37%	15%
2066	0420	011C	Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas	63%	15%
2066	0420	011D	Criar 800 projetos de assentamento	59%	15%
2066	0420	011F	Incorporar 1 milhão de hectares à reforma agrária.	100%	15%
2066	0421	011K	Apoiar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas	48%	20%
2066	0421	011M	Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização	63%	20%
2066	0421	03TB	Atender 750 assentamentos com o Programa Assentamentos Verdes.	100%	20%
2066	0421	011N	Conceder 50 mil títulos a famílias assentadas, garantindo a titulação conjunta para mulheres e homens, e a entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso.	100%	20%
2066	0421	011Q	Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento	100%	20%
2066	0422	011X	Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente	53%	42%
2066	0422	011Y	Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social	100%	42%
2066	0422	011V	Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente	100%	42%
2066	0735	02CW	Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário	12%	40%

Fonte: PPA 2012-2015. Elaboração do autor.